
Adeus às armas: uma decisão transcendental

MARIA CLARA LUCCHETTI BINGEMER

Em meio à terrível crise política que está vivendo, o povo brasileiro é chamado neste mês de outubro, a voltar sua atenção para um ponto da maior importância em sua agenda: o referendo a favor do desarmamento. Já desde o ano passado, o Brasil aprovou o Estatuto do Desarmamento no Congresso. Nossos parlamentares aprovaram uma das mais estritas e severas legislações contra as armas de toda o continente, proibindo o porte de armas por parte de civis. Agora, o referendo popular de 23 de outubro pode chegar a eliminar por completo a comercialização e posse de armas.

Nosso objetivo, neste texto, é refletir sobre este momento tão importante, no qual os brasileiros são chamados a tomar uma decisão fundamental no futuro de seu país e de sua população. Pretendemos fazê-lo, porém, desde o ponto de vista da teologia, nossa área de competência. Outros o farão a partir de outros pontos de vista. Nós, após uma breve análise do momento de violência que vivemos em boa parte das grandes cidades brasileiras; após constatar aquilo que se convencionou chamar de “cultura da violência” que está levando à morte toda uma geração, procurará trazer o sentir da teologia – ciência que reflete a partir da revelação e da fé – como

contribuição ao discernimento que nosso povo é chamado a fazer neste momento.

Um país em pânico

O perene estado de pânico e susto em que vive a população brasileira frente a um cotidiano sempre mais violento foi certamente o maior e mais eficaz argumento para aprovar tal lei restritiva em 2004. Já o documento do Ministério da Justiça – o mais completo existente sobre a criminalidade no Brasil – publicou nesta mesma ocasião estatísticas verdadeiramente aterradoras. Segundo a ONU, em 1995, houve 41 mil homicídios no país, sendo que 88,39% foram cometidos por armas de fogo. E somente no ano de 2003 morreram, vítimas de armas de fogo, 40.000 pessoas no Brasil, o equivalente a 109 por dia.

O documento do Ministério da Justiça afirmava que “o problema mais dramático é o verdadeiro genocídio a que vem sendo submetida a juventude brasileira, especialmente a juventude pobre, do sexo masculino e, em particular, os jovens negros. Em 1999, na cidade do Rio de Janeiro, em cada grupo de cem mil habitantes, 239 jovens do sexo masculino, com idades de 15 a 29 anos, foram vítimas de homicídios perpetrados por armas de fogo. A magnitude do problema é tal que suas conseqüências já são perceptíveis na estrutura demográfica. A estratificação etária da população apresenta um déficit de jovens do sexo masculino apenas comparável ao que se verifica em sociedades que se encontram em guerra. É como se o Brasil experimentasse os efeitos devastadores de uma guerra civil sem bandeira, sem propósito, sem ideologia e sem razão”.

Com a lei que entrou em vigor em 2004, o porte de armas no Brasil passou a ser permitido somente a integrantes das forças armadas, policiais, guardas municipais, pessoal da carceragem e portuários. Tratou-se, sem dúvida, de uma boa notícia que anunciou o começo de um caminho longo, porém promissor, em direção à construção da paz neste tão sofrido país. O Brasil começava a dar “adeus às armas”.

Um passo a mais em direção à paz

Nesse momento, no entanto, o povo brasileiro dispõe-se a dar um passo a mais: dizer SIM no referendo que visa abolir a venda e comercialização de armas de fogo de qualquer espécie. O Brasil viveu o processo da campanha e legislação destinada a limitar o porte de armas por parte de seus cidadãos não sem dificuldades. Enquanto a campanha crescia e caminhava, estimulada pelos pacifistas, encontrava obstáculos na ação de lobistas e grupos a quem interessava que as armas proliferassem e que os cidadãos comuns, alarmados pela insegurança das grandes cidades, passassem a comprá-las para o caso delas necessitarem. O argumento era que as pessoas de bem precisam defender-se dos bandidos que sempre andam armados. E para tal é preciso ter uma arma em casa. É este mesmo argumento que cerca o referendo de ambigüidade e falhas de compreensão.

Aí reside certamente a falácia maior da argumentação contra o desarmamento que ganha espaço na mídia e na opinião pública. Falácia de querer fazer a opinião pública crer que armas pequenas, sem sofisticação e refinada tecnologia não são perigosas.

As pesquisas de instituições e ONGs que trabalham em favor da paz demonstram que hoje em dia, as armas pequenas e leves são as mais usadas na destruição em massa. Todos os anos, cerca de 500 mil pessoas morrem no mundo por causa de armas pequenas usadas em conflitos domésticos, crimes que são consequência e outras formas de violência. Desse total, 300 mil morrem em conflitos armados, e 200 mil são vítimas de homicídio, crime, suicídio e acidente. Em outras palavras, uma pessoa morre a cada minuto por causa das armas pequenas. A maioria das vítimas da violência armada é de civis, em boa parte mulheres e crianças. A arma guardada em casa para proteger é disparada por engano ou imperícia da criança e do adolescente que encontra nela mais um brinquedo. E a brincadeira acaba em sanguinolenta tragédia para desespero de todos e sentimento de culpa eterna de alguns.

Armas pequenas são de fácil aquisição, seja de forma legal ou ilegal. Fáceis de esconder, de usar e difíceis de controlar. As consequências podem ser vistas todos os dias nos jornais e nos telejornais. Homens, mulheres e crianças estão na mira da violência nas favelas e no asfalto das cidades brasileiras. Nas ruas e nas escolas a todo o momento alguma bala perdida ou intencional pode matar ou inutilizar para sempre um jovem, uma criança um adulto. Adolescentes e jovens são os que correm o maior risco estando assim ameaçada toda uma geração e por extensão o futuro de um país e de uma nação.

A venda livre de armas mudou a face e a natureza da violência urbana. Quando há armas por perto, conflitos banais podem tornar-se tragédias irreversíveis. Sociedades antes tranquilas passam a ser campos de batalhas para gangues urbanas. Mesmo após o fim dos conflitos, os esforços para o perdão e a reconciliação são frustrados pela instabilidade causada por essas armas e seu potencial letal colocado nas mãos erradas e na hora errada.

A arma de fogo pode não ser a causa direta da violência, mas é certamente um dos principais instrumentos para sua prática em momentos de conflitos. Assim, é muito mais um perigo do que uma proteção, já que cria uma falsa sensação de segurança e desmobiliza os esforços para construir trabalhosa e diuturnamente a concórdia e a paz. Além disso, o uso da arma de fogo para resistir a um assalto na verdade aumenta as chances da vítima ser baleada ou morrer.

Como todo instrumento de prática da violência, seja ela qual for, a posse e o porte da arma de fogo transforma a todos nós em potenciais assassinos, possíveis suicidas ou truculentos guerreiros. Carregar consigo o recurso para matar indica que admitimos, ainda que inconscientemente, a possibilidade de fazê-lo. E se assim for, nunca conseguiremos construir um futuro melhor e mais pacífico para nossos filhos e seus descendentes. Talvez nem tenhamos descendência para gerar e criar. Podemos ter matado a vida no seu nascedouro, bastando para isso um segundo de distração, incúria, exaltação ou infeliz acaso.

Tal como todas as áreas de reflexão – a sociologia, a ciência política, a psicologia – a teologia pretende dar uma modesta e humilde contribuição à reflexão que se faz de todas as partes ao se aproximar a data do referendo.

Um Deus em guerra contra si mesmo?

A teologia é uma meta-linguagem que se autocompreende como posterior à linguagem da revelação e da fé. Diante do povo brasileiro que se prepara para votar no referendo, a teologia entende ter uma palavra a dizer. A pergunta que hoje instiga todo aquele que crê é: como falar de Deus, como chamar a Deus como reforço contra a violência quando Este parece estar em guerra contra si mesmo num mundo ferido pela violência?

Olhando as guerras fundamentalistas que hoje ocorrem, assim como o passado da história das religiões monoteístas, podemos pensar que na verdade as religiões não ajudaram a humanidade a ser menos violenta, mas pelo contrário, reforçaram a violência abençoando-a com seus rituais e simbolismos.

Porém, olhando para o Deus que se revela nas páginas da Escritura, pode-se perceber um Deus não violento, um Deus ao qual toda violência é estranha. Não existe nele ira ou inveja ou vingança destrutiva. O Deus da Bíblia é pura não violência.

No entanto, essa imagem do Deus não violento não predominou sempre nas leituras e interpretações feitas do texto bíblico. Ao contrário, a imagem de um deus guerreiro ocupa um lugar central na arqueologia religiosa da humanidade. Aqueles a quem interessa a guerra não podem ter outro deus senão um deus guerreiro. Pois a quem podem suplicar a vitória, a não ser ao Deus dos exércitos?

Na verdade, porém, se lermos com cuidado a Escritura, veremos que são sempre os seres humanos que requisitarão Deus para fazer a guerra. Deus jamais requisita suas criaturas com tal propósito. Devido a isto, a representação de Deus muitas vezes permaneceu cativa de um estereótipo religioso arcaico, que vê na divindade

um ser que recorre à violência para punir a torto e a direito os infiéis e não hesita em guerrear contra os maus.

Consequentemente, o falar de Deus, por parte da Igreja e dos homens de boa vontade, afetado por este estereótipo que vê em Deus um legitimador da violência, deve mudar radicalmente. Hoje o discurso sobre Deus só pode dar-se acompanhado de um agir incessante e incansável de construção da paz. O Novo Testamento mostra que esta obra é, antes de mais nada, de Deus, do “Deus da paz”, cuja promessa consumada em Jesus Cristo compreende a pacificação do universo e a reconciliação entre todos os povos.

O exemplo daqueles que constroem a paz é proposto pelos Evangelhos em termos de uma bem-aventurança, ou seja, de uma vivência da verdadeira felicidade. As pessoas divididas por uma quebra são infelizes. É preciso estender-lhes a mão, ajudá-las a se reconciliarem, a se reconstruírem. Não se trata, portanto, de uma atitude meramente afetiva, essa dos construtores da paz e dos pacíficos; mas é algo ativo, que procura eficazmente o bem do outro e da coletividade. Aqueles que assim constroem a paz, diz o Evangelho, “serão chamados filhos de Deus”, ou seja, “eleitos”. Escolhidos para viver uma situação e dar um testemunho cujo protótipo é o próprio Jesus, Filho de Deus e Deus Encarnado.

Enquanto prática concreta da justiça e do direito para com aqueles que estão privados deste bem fundamental para a vida, a ação dos construtores da paz reflete a conduta misericordiosa de Deus em relação aos homens. É por causa disto que a bem-aventurança proclamada no Evangelho atesta que alguém que constrói a paz será chamado filho de Deus. Porque efetivamente dá sua vida e entrega o melhor de si a fim de que a paz possa reinar, restaurando as relações rompidas e sanando as feridas geradas pela violência. Trata-se de todo o contrário da concepção de poder soberano que permitiu durante longo tempo aos reis, imperadores e ditadores de toda espécie se autoproclamarem filhos de Deus, assegurando a paz a seus súditos mas no entanto encetando guerras sem razão e sem finalidade.

Deus: o fundamento da paz verdadeira

A fé em um Deus que é amor ilumina a busca de paz que a humanidade hoje procura mais ansiosamente porque mais ameaçada se encontra. Num mundo de pecado e violência, o amor *não pode* matar e destruir sem ao mesmo tempo se desmentir a si mesmo como amor. Resta, portanto, ao amor, somente sofrer e morrer. O amor *só pode* sofrer, morrer, resistir. Cada vez que a justiça é violada, o Amor sofre. Diante do sofrimento do inocente, não há outro lugar para o amor, não há outro lugar para Deus, senão mergulhar no meio do sofrimento, ao lado do mais fraco, do oprimido, sofrendo com ele. Só assim se pode dizer que o Amor é o último sentido da história, mais forte que a morte. Só assim se pode afirmar que Deus é amor.¹ Só assim se pode entender a relação entre Deus e o mal, entre Deus e o sofrimento do mundo²

Deus vai ao fundo mais profundo do sofrimento e da morte. Sofre e passa pela morte sem por ela ser destruído, abrindo o futuro da esperança e da vida a todos os crucificados da história. Se por um lado, continuamos a afirmar – fiéis à tradição da Igreja – que Deus não vem a ser, não passa e, portanto, é imutável e impassível, ou seja, não é passível e mutável como as criaturas são, reconhecemos ser preciso afirmar, no entanto, que o coração de Deus é vulnerável e passível de ser afetado pelo amor, que o faz abrir-se ao que não é ele e deixar-se ferir pela solidariedade suprema e radical com o sofrimento da humanidade.

A partir da Cruz de Jesus, não há nada no mundo fora de Deus, não há nada no mundo não assumido (e portanto não redimido) por Deus, mesmo a negatividade, a dor e a morte. A paixão de Deus continua acontecendo nos crucificados da história. Porém, apesar disso e em meio à luta contra a injustiça que continua fazen-

1 Cf. J. MOLTMANN, *El Dios Crucificado*, Salamanca, Sígueme, 1975, pg 189.

2 R. MUÑOZ, *O Deus dos cristãos*, Petrópolis, Vozes, 1986, pp. 134-137.

do suas vítimas, nada se perde. Não há lugar para o desespero, já que a redenção se faz e segue seu misterioso curso³.

O Deus da fé cristã indica o verdadeiro caminho para o fim da violência. Não é certamente o de combatê-la brutalmente, fazendo-a crescer em lugar de decrescer, com represálias e retaliações. Muito mais, Deus vem ao encontro do ser humano sem proteção nem armas, oferecendo amorosamente sua pessoa e propondo uma relação de aliança. O construtor da paz, portanto, será aquele que, com coragem e lucidez, identificará o conflito e suas raízes e o assumirá a partir de dentro, propondo-se trabalhar com o melhor de suas energias para tornar possível a restauração da vida feita pedaços pela guerra e a barbárie. E isso com a consciência do risco que o espreita de ser salpicado pelos estilhaços das armas que a violência usa para conseguir seus intentos. Mas por outro lado, sem lançar mão delas a fim de revidar os ataques dos quais pode ser vítima.

Jesus desarmou Deus. Mais exatamente, desarmou as imagens que o homem se fabricou de Deus, imaginando-o à sua própria semelhança. Jogou por terra todos os deuses poderosos instalados em seus tronos. O Deus dos Exércitos, na verdade, é o Deus desarmado. O Deus todo poderoso faz brilhar seu poder na impotência do amor rejeitado e crucificado em Jesus Cristo. A projeção das frustrações humanas na onipotência divina pode bem se tornar e converter-se na projeção da própria vontade humana de poder.

Sendo Deus pura não violência, não é possível dar testemunho dele senão tornando-se testemunha de sua não violência. A antítese da fé, neste caso, não é a descrença, mas a violência e o desamor. Negar a Deus não é ignorar que ele existe, mas pretender que ele se acomoda à violência humana e a legítima ou dirige.

Assim, este Deus desarmado convida o homem a desarmar-se também. E somente este desarmamento daquele ou daquela que decide ser construtor da paz pode desarmar o adversário. A bem-

3 Sobre a paixão de Deus nos crucificados da história, ver Jon SOBRINO, *Jesus, o libertador*, Petrópolis, Vozes, 1996, pp.366-390.

aventurança evangélica da paz refuta o argumento pagão segundo o qual a arma que meu adversário possui justifica que eu me arme também para resistir-lhe. Tal atitude só poderá ter como resultado a corrida armamentista que assistimos tomar conta do mundo, que pretende fundar a paz sobre o equilíbrio do terror, mas que no fundo não engendra outra coisa a não ser a guerra.

Opor a proposta da paz à agressão e à violência é o único caminho para quebrar a rivalidade fundada sobre a imitação do inimigo e romper o círculo vicioso das vinganças sem fim. Porque esta lógica não é aceita, a história da humanidade tem se tornado sempre mais a história de suas guerras. A proximidade do referendo do desarmamento nos convida a desejar que ela passe a ser a história da paz construída com a justiça e o diálogo responsáveis.

Hoje, às vésperas do referendo do desarmamento, o Deus dos Exércitos ameaça sobrepor-se ao Deus da paz no bojo dos diversos movimentos fundamentalistas e dos discursos belicistas que o fazem combater contra si mesmo, no Brasil e em outras partes do mundo.

Não matarás!

Dizer que sim ao desarmamento e desarmar-se a si próprio é hoje cumprir em plenitude o mandamento da Lei de Deus que declara: Não matarás! Por trás da formulação negativa e do interdito peremptório do mandamento “*Não matarás!*” ressoa fortemente a grande afirmação da vida, - núcleo central da mensagem bíblica – a qual constitui o direito essencial e fundamental do ser humano, e que, portanto, importa garantir contra toda e qualquer tentativa arbitrária e delituosa de transgressão.

Para o homem bíblico, a vida não só provém de Deus, como só nele encontra sua fonte. É, por assim dizer, o outro nome de Deus. Assim como se pode dizer: “*Deus é luz e nele não há treva alguma*”⁴, pode-se igualmente dizer “Deus é vida e nele não há mor-

4 1 Jo 1, 5

te alguma”. Ele é o Deus que transforma o caos em cosmos, o deserto em jardim, que engravida virgens e estéreis, que faz brotar e crescer a vida ali onde ela pareceria impossível.⁵

Diante desse Deus, portanto, a morte infligida ao semelhante tem que ser o maior dos interditos, pois é a contradição suprema com sua própria identidade. No contexto do Decálogo, porém, a proibição de matar concerne somente os homicidas voluntários. A pena de morte e o direito de guerra, admitidos no antigo Israel e legalizados por alguns textos do AT não são compreendidos como homicídios neste mandamento. Na verdade, os destinatários do decálogo são os israelitas livres e legítimos. Portanto, este mandamento tenta proteger, antes de tudo, a vida do israelita contra qualquer violência ilegal e arbitrária.

Em suma, o mandamento que no decálogo aparece em sexto e não em quinto lugar, mas que para os cristãos é conhecido e recitado como quinto mandamento ⁶ visa os comportamentos que, diretamente ou não, ocasionam a morte de outros seres humanos. Porém, por trás de sua formulação negativa, ergue-se a grande afirmação da vida que convida, de maneira expressa, a empenhar-se neste sentido: evitar tudo que pode levar à morte e esforçar-se por contribuir positivamente na construção da vida do próximo. Assim a fome, a sede, a nudez, a opressão e outros tantos comportamentos agressivos e contrários à vida estão compreendidos dentro deste mandamento como uma exigência do amor solidário que caracteriza o Deus de Israel, defensor e porta voz (go’el) do órfão, da viúva, do estrangeiro.

Como se insere o evangelho de Jesus Cristo e o Cristianismo dos séculos posteriores nesta tradição nuclear da Bíblia hebraica?

5 Cf. R. ALVES, *Creio na ressurreição dos corpos*, 2a ed. SP. Sagarana, 1984

6 Cf. *Novo Catecismo da Igreja Católica*,

O ensinamento de Jesus

Seguimos aqui o texto do Sermão da Montanha, o capítulo 5 de Mateus, e dentro dele, os versículos 21 e 22, que constituem a famosa antítese sobre as injúrias, onde Jesus, invocando apenas sua própria autoridade, retoma e radicaliza o que foi dito aos antigos pelo próprio Deus de Israel.

21 Ouvistes que foi dito aos antigos •: Não cometerás homicídio •; aquele que cometer um homicídio responderá por ele no tribunal •. 22 Pois eu vos digo: todo aquele que se encolerizar contra seu irmão responderá por isso no tribunal; aquele que disser a seu irmão: Imbecil • estará sujeito ao julgamento do Sinédrio •; aquele que disser: Louco • será passível da geena de fogo •. 23 Portanto, quando fores apresentar a tua oferenda ao altar, se ali te lembrares de que teu irmão tem algo contra ti, 24 deixa a tua oferenda ali, diante do altar, e vai primeiro reconciliar-te com o teu irmão; depois, vem apresentar a tua oferenda. 25 Põe-te logo de acordo com teu adversário •, enquanto estás ainda a caminho com ele; não aconteça que esse adversário te entregue ao juiz, e o juiz, ao policial, e sejas lançado na cadeia. 26 Em verdade, eu te digo: de lá não sairás enquanto não tiveres pago o último tostão •.

Quaisquer que sejam a origem última e as etapas da composição deste texto, permanece o fato de que é atribuído a Jesus. Neste caso, a fórmula inaugural “*ouvistes o que foi dito*” remete à leitura da Bíblia nas sinagogas. É a Bíblia que vai ser posta em questão e não a tradição rabínica.

A ira é condenada nas palavras do evangelista, postas nos lábios de Jesus, pois o amor respeitoso do irmão, segundo o Evangelho, exige mais do que uma simples observância da Lei que se situe fora da luz do Cristo. O autor neotestamentário visa aqui não tanto uma cólera interior como aquela que se expressa externamente em injúrias. Não se pode, portanto, dissociar o sentimento da cólera de cer-

tas demonstrações violentas, notadamente de palavras ofensivas ao próximo (cf. Tg 1,19) Além disso, essa ira completa a condenação do assassinato, que é também uma falta exterior.

A advertência é além disso totalizante. Trata-se de toda manifestação de cólera que é visada e não apenas aquela que é “sem razão”; a precisão aqui acrescentada tem toda a aparência de ser uma atenuante posterior que enerva a antítese. E Jesus usa todos os termos e nuanças da jurisprudência para sugerir uma sanção mais e mais severa na ordem espiritual divina.

Não se trata da instauração de um “tribunal cristão” Nada autoriza a supor que as comunidades apostólicas se tenham dado atribuições e poderes dos quais jamais a Igreja ousaria apropriar-se” a posteriori”, consciente, apesar de tudo, de seus limites e dos direitos soberanos da misericórdia.⁷ Ora, se o Evangelho e, nele, o Sermão da Montanha são propostos por Jesus Cristo não podem, intrínseca e constitutivamente, ser impraticáveis. Na verdade, o que a pedagogia de Jesus - homem de seu tempo e de sua cultura - pretende é mostrar a seus discípulos que quando se trata de amar, nunca se terá feito o bastante. Por isso os exorta a levar a mansidão e a atitude amorosa até o extremo de oferecer a outra face, deixar-se despojar de suas roupas e ceder a qualquer demanda.

Se se racionalizam as formulações do Sermão da Montanha, corre-se o risco de esvaziá-las de sua seiva, fazendo-as abandonar o papel dinâmico que lhes foi designado, qual seja, revelar toda a amplidão do chamado à perfeição, levar os cristãos a um nunca findável caminho de mansidão, renúncia e humildade. De amor, enfim!

7 Para uma reflexão mais completa sobre este tema, v. o livro por nós organizado *Violência e religião. Judaísmo, Cristianismo e Islamismo. Três religiões em confronto e diálogo*, RJ/SP, Ed. PUC-Rio/Loyola, 2001

A nunca legítima violência

Ao longo da história, vários pensadores que marcaram a história do mundo ocidental levantaram suas vozes para criticar a violência. O processo da violência e a alienação que ele produz é por eles e elas percebido como um processo de reificação, ou seja, de assassinato. Só ao se libertar de toda dominação da força é que o ser humano pode então contemplar os três mistérios da existência: a verdade, a justiça e a bondade.⁸

Toda violência é na verdade violação da personalidade daquele que a sofre. Toda violência é ameaça de morte. E isso porque atingir a dignidade do ser humano é já atingir sua vida. Da humilhação ao extermínio e ao genocídio, portanto, são múltiplas as formas de violência e múltiplas as de morte. E toda forma de violência portanto é mortal.

A violência é tão antiga quanto o mundo e o homem toma consciência de sua existência desde o momento em que toma consciência de seu próprio existir enquanto ser humano. Descobre então que sua própria humanidade se encontra ameaçada pela violência inumana e desumanizante.

A violência é também algo irracional. Por isso o ser humano, desperta para o pensar quando toma consciência da violência como algo radicalmente contrário às exigências de sua razão. A ética, portanto, julga a violência, identificando-a como a negação da humanidade e lhe opõe uma negação categórica recusando-lhe toda dignidade.

É esse conhecimento da violência e a recusa de submeter-se aos seus imperativos que funda o conceito mesmo de não violência.⁹ O

8 Pensamos em pensadoras como Simone Weil e Hannah Arendt, René Girard, etc.

9 Cf. sobre isso, comentando o pensamento de Simone Weil, MULLER, J.M. *Simone Weil et l'exigence de non-violence*, Paris, Editions du Témoignage Chrétien, 1991p. 122.

homem e a mulher fortes - ao contrário do sentido comumente dado a isso - não seriam aquele ou aquela que possui os meios do poder e da violência, mas o que possui a sabedoria da não violência. Aquele que possui a força¹⁰ é aquele que sabe resistir ao arrastar da paixão coletiva e guarda o controle de seu próprio destino. A virtude da força é o que se chama comumente a fortaleza de alma, ou como já dissemos antes, o dom da fortaleza que permite enfrentar as provações e as vicissitudes da vida, mantendo-se firme no que crê até o dom da própria vida.¹¹

Creemos que a única fonte possível da não violência é espiritual. Ainda que esta não tenha poder de se opor eficazmente à violência da opressão ou da agressão, a fortaleza espiritual transforma o ser humano por dentro, gerando vida a partir de sua vontade de não violência. As forças aparentes e “eficazes” geralmente são materiais, sendo a fortaleza espiritual, do pensamento ou da vontade, “essencialmente contraditórias”.¹²

A própria noção de direito está por natureza ligada à violência.¹³ Afirmativas como “Tenho o direito de...”, “Você não tem o direito de...” encerram em si uma guerra latente e despertam um espírito mesmo de beligerância que dificulta os processos de paz.¹⁴ No entanto, há que reconhecer que há muitas noções, englobadas na mesma categoria de direito, que são estranhas, em si mesmas, ao sobrenatural e estão, portanto, acima da força brutal. Aí

10 Em termos cristãos, poderíamos identificá-lo aqui com a “fortaleza”, um dos sete dons do Espírito Santo.

11 Cf o que SW escreve a Georges Bernanos a propósito de sua experiência vivida da Guerra Civil Espanhola: “*Há ali um arrastar, uma embriaguez à qual é impossível resistir sem uma fortaleza de alma que é preciso crer que é excepcional já que eu não a encontrei em lugar algum.*” In: *Ecrits historiques et politiques*. Paris: Gallimard, 1960.

12 WEIL, S. *Oppression et liberté*. Paris: Gallimard, 1955.

13 WEIL, S. *Ecrits de Londres et dernières lettres*. Paris: Gallimard, 1957. p. 209.

14 *Ibid.*

entra toda a gama dos direitos humanos. Essas noções, no entanto, que relevam do antropológico, são atingidas e configuradas pela graça.

A graça, no entanto, não significa a intervenção mágica e direta de Deus na história dos homens. O sobrenatural, na verdade, só opera na história das sociedades pela mediação dos seres humanos, na medida em que estes, por sua faculdade de atenção, entram em contato com a realidade transcendente do Bem puro que é Deus.

Num certo sentido, portanto, é a capacidade de lutar dos homens e mulheres apaixonados pela justiça que, numa sociedade democrática, permanece sendo a melhor garantia do direito e, em suma, da liberdade.

Na sociedade como no mundo, a ordem da paz resulta do jogo das forças e energias que se limitam e se equilibram umas às outras. Não pode, portanto, haver relações justas e pacíficas entre os homens senão na medida em que uns e outros sabem limitar seus desejos e não desejam se apropriar dos objetos finitos. Pois “um desejo limitado pode compor com meus outros desejos e com os desejos limitados dos outros homens”.¹⁵

A violência surge precisamente quando o homem começa a desejar o ilimitado, ou seja, perde o freio de seus próprios desejos e/ou quando seu desejo se encontra contrariado pelos outros. A violência se enraíza num desejo ilimitado que esbarra no limite constituído pelo desejo de um outro.¹⁶

A justiça e a paz só podem acontecer, portanto, no momento em que os seres humanos renunciam a possuir o infinito, renunciam a desejar ilimitadamente. Se os homens e as mulheres não conseguem fazer isso, é preciso que a lei os constranja a isso. A lei seria, portanto, o limite nas questões sociais e de luta pela justiça.¹⁷

15 WEIL, S. *Cabiers I*. Paris: Gallimard, 1994. p. 80.

16 *Ibid.*, pp. 47-80.

17 WEIL, S.

Da mesma forma, a paz mesma não resulta nem pode resultar de duas guerras, mas de duas forças iguais e de sentido contrário que se limitam uma à outra e se mantêm em equilíbrio. Se a paz realmente existe, estas forças são apenas potencialmente violentas e podem permanecer não violentas.

A violência, portanto, não é somente instrumento de opressão social ou de agressão militar. Ela é também um método de ação que parece às vezes necessário, para defender a liberdade ameaçada ou para conquistá-la. Para defender a vida que, na sua vulnerabilidade, encontra-se constantemente ameaçada. A violência, com efeito, pode ser empregada ao serviço de causas justas. Mas isto não a torna justa. Se ela aparece necessária para combater a injustiça, não permanece menos uma violência que machuca a humanidade do homem, daquele que a sofre como daquele que a exerce.

O caminho do Evangelho de Jesus Cristo, que radicaliza e leva às últimas conseqüências as exigências éticas e espirituais do mandamento “*Não matarás!*” permanece sendo, em última análise, o melhor e mais real caminho para que a vida - a própria e a do outro - não estejam condenadas a perecer, mas sim a florescer, a crescer e chegar à plenitude de suas potencialidades.

Conclusão: desarmar-se em nome da vida

Após tudo que vimos, constatamos ao final desta reflexão que desarmar-se, mais que depor fisicamente um instrumento letal, tem que começar pela atitude interior de não admitir carregar consigo nada que possa, ainda que remotamente acrescentar uma fagulha que seja à incandescente violência que assola nosso país e o mundo em que vivemos.

E quando dizemos não carregar nada, não nos referimos somente ao nível exterior a nossa corporeidade, mas ao fundo mais profundo de nossa subjetividade. Desarmar-se significa antes de mais nada desarmar o coração. E o referendo de 23 de outubro de 2005 nos traz o belo desafio de desarmar o coração para desarmar

a nação. Uma nação armada é uma nação com medo. Seres humanos são chamados a olhar-se frente a frente nos olhos, sem armas, apenas com a comunicação epifânica de seus rostos como instrumento de relacionamento intersubjetivo.

A teologia nos diz que a decisão de desarmar-se é uma decisão não apenas funcional, mas transcendental. Trata-se de assumir em nossa subjetividade a atitude do próprio Criador, que deseja que sua criação viva e não se destrua irresponsavelmente. Trata-se de depor definitivamente tudo aquilo que pode perturbar a convivência pacífica e o diálogo franco e reconciliado.

Portanto, desarmemo-nos. E ajudemos amigos e conhecidos, inimigos e rivais, a baixar as armas para que a paz seja possível. Ajudemos o Brasil a desarmar-se, se quisermos que, depois de nós, haja vida em abundância para todos. As futuras gerações esperam pelo nosso SIM no dia do referendo.